

# O alerta do economista ao Congresso

Os bancos estrangeiros estão tentando incluir uma cláusula no acordo de renegociação da dívida externa que permite a cobrança de uma comissão extra — além do spread internacional — nos reempréstimos dos recursos externos depositados no Banco Central.

O Legislativo precisa estar atento a todos os itens da renegociação, pois a aprovação desta cláusula significará um desembolso extra, ao Brasil, de no mínimo US\$ 20 bilhões.

17 SET 1985

O alerta é do economista Dércio Garcia Munhoz, professor da Universidade de Brasília, que mostrou a nova estratégia dos bancos estrangeiros para a cobrança desta comissão que é ilegal se transforme em legal. A idéia é transformar as operações da Lei 4.131, que disciplina a aplicação do capital estrangeiro no país, em repasses pela Resolução 63, que faculta aos bancos de investimentos, desenvolvimento ou comercial a contratação direta de empréstimos externos para serem repassados a empresas no país.

Assim, diz Dércio Garcia Munhoz, os bancos estrangeiros que controlam a maio-

*Síndia ext*  
ria dos bancos de investimentos podem transformar-se em intermediários destes reempréstimos cobrando taxas semestrais. E é exatamente esta facilidade, que não pode ser permitida pelo Congresso Nacional para que os recursos sejam reempréstados por nove anos e sem comissão, ao invés de um ano e com comissões.

A decisão de não permitir a intermediação dos bancos de investimentos e comerciais nos reempréstimos dos recursos externos é política, salienta o economista Dércio Munhoz. Ainda mais que o Executivo está sofrendo pressões para incluir a cláusula. O acordo anterior com os bancos estrangeiros, que estava na iminência de ser assinado, previa a cobrança dessas taxas, mas ela foi neutralizada pela Comissão de Economia da Câmara, que trabalhou para a sua exclusão.

Os bancos estrangeiros faziam leilões com os recursos depositados, obrigatoriamente, pelas empresas no Banco Central. Ou seja, "eles mandavam o Banco Central reempréstar os recursos às empresas estatais ou privadas, mas para quem pagasse a comissão".